



Anais da Assembléia

Nº 41

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 07 DE MAIO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA		Data do Aditivo	Município
ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA		29/12/78	Paranapoema
REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 1979		29/12/78	Ivaí
(SEGUNDA-FEIRA)		29/12/78	Maria Helena
Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes,		29/12/78	Salto do Itararé
secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e		29/12/78	Nova América da Colina
Renato Bueno.		29/12/78	Floraí
À hora regimental é registrada a presença dos seguintes		29/12/78	Inajá
Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes. Tércio Albuquer-		29/12/78	Tibagi
que, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella,		29/12/78	Cruzeiro do Oeste
Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-		29/12/78	Santo Antônio do Paraíso
naldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Facci, Augusto		29/12/78	Presidente Castelo Branco
Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel,		29/12/78	Cascavel
Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel,		29/12/78	Nova Londrina
Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério,		29/12/78	Doutor Camargo
Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco		29/12/78	Diamante do Norte
Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho,		29/12/78	São João do Triunfo
João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos		29/12/78	Ipiranga
Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont,		29/12/78	Morretes
Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário		29/12/78	Engenheiro Beltrão
Pitelli, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso		29/12/78	Francisco Alves
Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisós-		29/12/78	Ortigueira
tomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Renato		29/12/78	São Tomé
Bueno, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Walderer e Wilson		29/12/78	Leópolis
Fortes (57).		29/12/78	Campo do Tenente
Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente		29/12/78	Tijucas do Sul
declara aberta a		29/12/78	São José da Boa Vista
SESSÃO.		29/12/78	Conselheiro Mairinck
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção		29/12/78	Indianópolis
de Deus, iniciamos nossos trabalhos.		29/12/78	Manoel Ribas
O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão		29/12/78	Santo Antônio do Paraíso
anterior, que é aprovada sem observações.		29/12/78	Fênix
O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte		29/12/78	Itambaracá
EXPEDIENTE:		29/12/78	Congoinhas
Mensagem:		29/12/78	Ivatuba
MENSAGEM N.º 52/79		14/02/79	Santa Amélia
Curitiba, 24 de abril de 1979.		29/12/78	Agudos do Sul
Senhor Presidente.		29/12/78	Altônia
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para		29/12/78	Paranapoema
os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos		29/12/78	Paranapoema
aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado		29/12/78	Abatiá
e os Municípios abaixo especificados, com interveniência da		29/12/78	Santa Cruz do Monte Castelo
Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assis-		29/12/78	Palmeira
tência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a		29/12/78	Clevelândia
execução de obras e serviços de emergência, destinados a		29/12/78	Palmas
minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Para-		29/12/78	Laranjeiras do Sul
ná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa:		29/12/78	Uniflor
Data do Aditivo	Município	29/12/78	Mamborê
29/12/78	Andirá	14/02/79	Santa Fé
29/12/78	Arapoti	29/12/78	Catanduvas
29/12/78	Bandeirantes	29/12/78	Ubiratã
29/12/78	Barra do Jacaré	29/12/78	Campina da Lagoa
29/12/78	Guapirama	14/02/78	Wenceslau Braz
29/12/78	Ortigueira	14/02/78	Pérola
29/12/78	Ribeirão do Pinhal	14/02/78	Lobato
29/12/78	São João do Triunfo	14/02/78	Santana do Itararé
29/12/78	São Jorge do Ivaí	14/02/78	São José dos Pinhais
29/12/78	São José da Boa Vista	14/02/78	Jaboti
29/12/78	Porto Vitória	14/02/78	Ribeirão do Pinhal
29/12/78	Jataizinho	14/02/78	Andirá
29/12/78	Sapopema	14/02/78	Cidade Gaúcha
29/12/78	Nova Olímpia	14/02/78	Santo Antônio do Sudoeste

14/02/79

Boa Esperança.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Sob o n.º 90/79, do Senhor Vanderlei Carlos Sartori, Presidente da Câmara Municipal de Arapongas, comunicar que, aquela Câmara Municipal inseriu em seus anais o teor da publicação feita no Jornal "Folha de Londrina", na edição do dia 05 último, com referência aos pronunciamentos emitidos pelos Senhores Deputados desta augusta Assembléia Legislativa. — Ao Conhecimento da Casa.

Sob o n.º 218/79, do Senhor José Luiz Del Ciel, Presidente da Câmara Municipal de Londrina, no qual a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, toma a liberdade de dirigir-se a esta Casa, no sentido de sugerir a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com toda crise que sobreveio, no âmbito da Fundação Universidade Estadual de Londrina, com sérios prejuízos para a coletividade. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, encaminhando cópia autêntica de Requerimento de autoria do vereador Octacílio Ribeiro da Silva, em cujo teor faz solicitação às principais autoridades do País, para que se coloque em plano prioritário de Governo, a construção do trecho ferroviário entre Guarapuava, Cascavel e Foz do Iguaçu, mais conhecida como a Ferrovia da Soja. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 31/79 — que cria os Distritos de Rami-lândia e Diamante do Oeste, no Município de Matelândia e Projeto de Lei n.º 44/79 — que eleva o número de cadeiras da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1979.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor PEDRO FALAT, ocorrido em data de 5 de maio, próximo passado, no Município de Araucária.

Outrossim, requer, aprovado o presente seja dado ciência da decisão da casa à família enlutada na pessoa do Sr. Atílio Pereira de Souza, à Praça Dr. Vicente Machado s/n.º

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Professor JOSÉ VANDERLEI DIAS do jornal "Gazeta do Povo" e "Rádio Colombo", por ter o mesmo completado a crônica de n.º 6.000, "A vista do Meu Ponto", crônica que dignifica o Homem e enaltece os Direitos Huma-

nos.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Em face da renúncia do Deputado Tuguio Setogutte, cumpro-me indicar o Senhor Deputado Renato Bueno para completar, na qualidade de membro efetivo, as Comissões de Saúde Pública e de Turismo e na qualidade de suplente as Comissões de Obras, Transporte e Comunicações e de Recursos Humanos.

Reitero a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a V. Ex.^a que após manifestação do Plenário, seja endereçado expediente ao Ex.^{mo} Sr. Eliseu Resende, DD. Ministro dos Transportes, no sentido de que seja incluído entre as prioridades no plano de rodovias do Governo Federal, a BR-153 — "Transbrasiliana" dado a sua importância como meio de escoamento da produção do sul e sudoeste do Paraná que se ressentem de uma rodovia desse porte, inclusive para o seu normal desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1979.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Ex.^{mos} Senhores: Doutor Karlos Rischbieter, Ministro da Fazenda, Doutor Carlos Brandão, Presidente do Banco Central do Brasil, Doutor Osvaldo Roberto Colín, Presidente do Banco do Brasil, e ao Doutor Luiz Norberto da Silva Ratto, Superintendente do Banco do Brasil no Estado do Paraná, contendo reivindicações, no sentido de que seja criada e instalada uma Sub-Agência do Banco do Brasil na cidade de Ribeirão Claro, neste Estado.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1979.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados, sendo o município de Ribeirão Claro, um município essencialmente agrícola, e a reivindicação que ora formulamos, é uma velha aspiração do povo daquele município, que se desloca para outras cidades, quando necessitam de empréstimos, informações e outros tipos de serviços prestados pelo Banco do Brasil, não somente na área rural, mas também no comércio. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal daquele município, receberam no final do ano de 1978, um expediente da ex-Diretoria do Banco do Brasil no Paraná, um expediente onde constava a comunicação de que fora criada a Sub-Agência deste estabelecimento de Crédito, sem que nenhuma providência fosse tomada até a presente data, sem que se saiba, se foi por esquecimento, ou por outros motivos alheios ao nosso conhecimento, e que nos tem deixado sem respostas, quando somos abordados a dar informações com referência ao assunto em pauta neste requerimento. Solicitamos para que sejam enviadas cópias deste expediente, também ao Prefeito Municipal, e ao Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Claro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após a aprovação do Plenário,

o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Secretário da Educação, enfatizando a necessidade da criação e instalação de complexo educacional de ensino de 1.^o grau, no Distrito de SANTA MARGARIDA, Município de BELA VISTA DO PARAÍSO (da 5.^a à 8.^a séries).

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Existe no Distrito de Santa Margarida, um estabelecimento de ensino primário, que funciona a contento, desde o ano de 1957. Acontece, que no referido distrito existe uma infinidade de alunos na idade de cursar o 1.^o grau e, para tanto, têm que deslocar até a sede que dista 3 (três) quilômetros. São filhos de famílias de baixa renda, que muitas vezes não têm condições de fazer face às despesas com transporte. O estabelecimento lá existente, tem condições plenas de abrigar o funcionamento que ora se pleiteia. Além do mais, existem também muitos jovens que concluíram o curso primário e se encontram paralizados exatamente por falta de 1.^o grau (5.^a a 8.^a séries) naquele distrito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Superintendente do Banco do Brasil S/A., no Paraná Sr. NORBERTO SILVA RATTO, no sentido de agilizar a aprovação e criação da agência do BANCO DO BRASIL S/A na cidade de Corbélia.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Estamos todos convencidos de que o desenvolvimento integral de um município depende da agricultura, comércio e indústria.

Somos sabedores também que uma agência do Banco do Brasil operando normalmente com uma linha de crédito agrícola, é a mola mestra, propulsora do desenvolvimento agrícola de uma região, predominando com 90% dos financiamentos agrícolas.

Desta maneira, se o Município de Corbélia for privilegiado com a agência do Banco do Brasil S/A., terá condições potenciais de um aumento vertiginoso em sua corrida de desenvolver as indústrias já instaladas ou a serem instaladas, as casas comerciais, a imensa área agricultável já explorada, mas com mais de 70% não mecanizada por falta de meios econômicos e agências bancárias, para superar a demanda de financiamentos que possam cobrir os investimentos necessários.

A área total do município é de 1.297 km², dos quais em área de lavoura são 56.846 ha, dos quais apenas 4.353 ha de área de agricultura permanente. E ainda, conforme dados do IBGE de 1976, o município possuía um efetivo de 35.422 cabeças de bovinos, 44.723 de suínos, 481 de ovinos, 859 de caprinos e 192.739 de aves.

O ramo madeireiro é a industrialização mais importante, com 12 serrarias no município.

Um total de 311 firmas comerciais e industriais compõem e são responsáveis pela economia e desenvolvimento do município.

O Município de Corbélia privilegiado pela BR-369 que liga Oeste do Paraná ao Norte do Estado de São Paulo, permitindo ótimo escoamento da produção agrícola e industrial.

Uma população de 65.000 habitantes, servida por apenas duas agências bancárias é nota evidente da carência de mais uma.

A presente solicitação se faz visando atender aos reclamos daquela laboriosa população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER após ouvido o Plenário, as seguintes informações do Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado, General NEY BRAGA:

a) Foi pago pelo Governo do Estado o programa levado ao ar, por uma rede estadual de televisão, no último sábado, dia 05 de maio, onde o Chefe do Poder Executivo respondeu diversas perguntas formuladas pelo povo?

b) Se foi pago, quanto custou aos cofres públicos o referido programa?

c) Quanto recebeu cada emissora de televisão pelo programa?

d) Os técnicos em comunicação que percorreram o interior foram pagos pelo governo? Quanto receberam?

e) Os textos de chamada que precederam o programa de televisão foram pagos? Quanto se pagou por eles? A quem se pagou?

f) Como se levou ao ar o referido programa? Pela TELEPAR ou através de "tape"? Qual a quantia gasta?

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1979.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

"A adesão do Estado à prioridade para uma política de combate à inflação é no sentido de uma execução orçamentária equilibrada, mesmo que isso implique em sacrifícios". São palavras do secretário do Planejamento Véspero Mendes.

Se o momento é de sacrifícios, de contenção de gastos, gostaríamos de receber informações a respeito do programa levado ao ar por uma Rede Estadual de Televisão no último sábado, às 22,00 horas. Segundo sabemos, pela imprensa, uma equipe de assessores em comunicação social percorreu 128 municípios do Paraná, entrevistando centenas de pessoas. Foram gravadas 500 entrevistas.

Estes fatos precisam ser esclarecidos à opinião pública.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário dos Transportes encarecendo a agilização das obras da ligação Contorno da BR-116 com o Município de Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

JUSTIFICATIVA:

A agilização se faz necessária devido ao péssimo estado da ligação, notadamente nos dias de chuva, e a demora na conclusão das obras, dificultando sobremaneira o tráfego de veículos, inclusive do transporte coletivo, causando sérios problemas à população daquele município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício aos Srs. Luiz Roberto Soares, Secretário de Cultura e Esporte, e Sérgio Todeschini Alves, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, solicitando uma urgente intervenção no caso da Gruta que está sendo ameaçada de destruição no Município de Almirante Tamandaré. Sugerindo ainda que seja realizado completo levantamento da situação das Cavernas encontradas na Serra de São Luiz do Purunã e ainda estudos para saber da possibilidade de reabertura da Caverna localizada nas ruínas do Alto São Francisco, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1979.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Solicitamos rápida intervenção no problema da gruta descoberta no Município de Almirante Tamandaré, levando em conta denúncia do Professor José Bigarella, Presidente da Associação de Defesa e Educação Ambiental (ADEA), que revelou estar a Companhia Zolli de Construções disposta a dinamitar o local, explorando seu calcário.

Considerando que naquela área existem três cachoeiras, terrenos sem acidentes e outros detalhes que beneficiam a natureza, entendemos que a preservação do local é uma necessidade.

Mesmo porque a própria ADEA, realizando levantamentos do local, descobriu na Gruta, através de exploração de aproximadamente 200m, nada menos do que dois anfiteatros (um de 20m e outro de 15m), uma galeria de 30m, em extensão sinuosa e outra galeria de 15m.

Estamos sugerindo também, um levantamento total das Cavernas descobertas na Serra de São Luiz do Purunã, pois dados novos poderão ser relevada, já que uma ossada foi encontrada no interior de uma das Cavernas, fazendo crer que um grande animal deve ter caído naquele local.

Porém, não existe ainda uma pesquisa oficial da região, para saber o real motivo da presença de uma ossada na Caverna.

Um levantamento arqueológico e geológico poderá esclarecer os fatos devidamente, motivando então as medidas cabíveis para a preservação do local.

Finalmente, estamos sugerindo estudos especiais, visando a possibilidade de uma reabertura da Caverna existente no Alto de São Francisco, local onde estão situadas as chamadas "Ruínas dos Jesuítas".

Sabemos que há trinta anos, aproximadamente, aquele local foi explorado, encontrando-se ali uma imensa Caverna, com várias divisões e com uma grande extensão.

Porém, na época, por volta de 1.945 a 1.950, não dispunha o Governo de recursos técnicos para melhor avaliação da área determinando então seu fechamento.

Segundo comentam os mais idosos e até mesmo nossos antepassados, naquele local foi encontrado um tesouro, com peças raríssimas, além de outros detalhes históricos, pois serviu de morada para os Jesuítas.

Sabe-se no entanto, que sob as ruínas do Alto São Francisco, há uma grande Caverna da qual pouco se sabe oficialmente.

Devido ao avanço tecnológico e com recursos melhores do que no passado, o Governo poderá fazer uma melhor avaliação da situação, consultando inclusive técnicos, geólogos, pesquisadores e historiadores, para saber da validade de uma reabertura do local.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, com a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Cultura e Esportes, solicitando cópia do contrato firmado entre o empresário Marcos Lázaro e a Fundação Teatro Guaíra para a apresentação do cantor Roberto Carlos e faz o seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

- 1.º - Quantos ingressos foram reservados à Fundação Teatro Guaíra?
 - 2.º - A quem foram ou serão distribuídos?
 - 3.º - Qual o motivo da censura para menores de 14 anos?
 - 4.º - Qual a taxa incidente sobre a cessão de auditório?
- Sala das Sessões, em 7 de maio de 1979.
(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez, a Fundação Teatro Guaíra ocupa espaços e tempo nos jornais e emissoras de rádio e televisão, por despertar suspeitas e insatisfação junto à população curitibana e no meio artístico e cultural.

Recorde-se que já em outubro do ano passado, o Senhor Jurandyr Chaves, ou seja, o conhecido ator Juca Chaves propôs ação de indenização contra o Teatro Guaíra, por danos materiais e morais a ele causados, por ocasião da suspensão de seu espetáculo - "O Pequeno Notável".

Juca Chaves revoltou-se, justificadamente, pelo que se pode chamar de discricionarismo, pois, realmente, a Fundação Teatro Guaíra vale-se de dois pesos e duas medidas para a cessão de seus auditórios, beneficiando incompreensivelmente atores ou companhias estrangeiras, ao contrário de propiciar o necessário apoio aos artistas ou empresas nacionais e mesmo da Capital, que vivem capengando para montar seus espetáculos.

Juca Chaves se obrigaria a pagar uma taxa equivalente a quinze por cento da arrecadação bruta, correspondente ao aluguel do auditório "Bento Munhoz da Rocha Netto", enquanto se estipulou taxa de apenas dez por cento para a apresentação do medíocre "Kojak".

Todavia, uma portaria, a de número 26/75 consignava, de forma nitidamente expropriatória, o direito da Fundação de utilizar cento e cinquenta ingressos gratuitos que seriam distribuídos segundo critérios da própria Fundação. Esta última exigência provocou a indignação do ator, levando-o a procurar a Justiça para resguardar seus direitos.

Desta tribuna, em repetidas ocasiões passadas, denunciávamos verdadeiros desmandos perpetrados pela direção ou pelas direções do Guaíra.

Apresentando documentos e testemunhos reais, comprovamos a prática da corrupção e malversação do dinheiro público, prejudicando as verdadeiras finalidades do Teatro Guaíra.

Reitere-se que somente no ano de 1976, quase cento e setenta mil cruzeiros foram gastos com passagens aéreas, não se computando a despesa realizada com a viagem de um de seus diretores à cidade de Nova Iorque "para ver teatro e fazer compras", caracterizando verdadeira mordomia.

O Curso Permanente de Teatro teve um gasto superior a setecentos mil cruzeiros, apresentando o saldo indubitavelmente negativo com a formação de apenas três alunos.

As verbas, sob diversos títulos, destinadas anualmente pelo Governo do Estado à Fundação Teatro Guaíra, é superior ao total de dotações auferido pelas faculdades de Guarapuava, Jacarezinho, União da Vitória, Cornélio Procopio, Paranaguá e Apucarana.

Essas assinalações, nós as reprisamos, já que são todas de domínio público uma vez que foram discutidas amplamente, sem contudo gerar a necessária intervenção das autoridades, objetivando coibir abusos e promover a moralização administrativo da Fundação Teatro Guaíra, além de reconduzi-la ao seu verdadeiro caminho que é **fazer partilhar a todos os homens, indistintamente, o direito à cultura como estado moral, intelectual e artístico acima das simples conveniências de utilidade social.**

Agora, às vésperas da apresentação do cantor Roberto Carlos, a imprensa indaga "que tipo de procedimento administrativo pode existir, impedindo o acesso de seus profissionais a contratos firmados entre empresários e a Fundação Teatro Guaíra?" Acontece que o repórter de um dos jornais de nossa Capital, não conseguiu permissão para ver o contrato firmado entre o empresário Marcos Lázaro e a Fundação. Também não conseguiu explicações dos diretores da entidade sobre os preços dos ingressos para o "show" de Roberto Carlos

que vão de trezentos a quinhentos cruzeiros, isto é, ascendem a 1/4 do salário mínimo.

OS DESMANDOS CONTINUAM!

O POVO ESTÁ IMPEDIDO DE VER O QUE É SEU!

"O Elefante Branco" continua sendo privilégio das altas camadas e de uma burguesia aquinhoada com a benesses de administrações subservientes a um Poder sem Povo!

Seus espetáculos têm seus custos divididos entre pagantes e convidados especiais, escolhidos a critério e ao bel-prazer da administração.

O renomado advogado René Dotti, no processo movido por Juca Chaves contra o Teatro Guaíra, destaca que "O Homem é, sempre, a referência última e mais notável da cultura. Por isso, o jurista espanhol José Maria Desantes conclui que este valor deve ser livremente proporcionado através dos meios e órgãos de informação, de tal sorte que haja uma corrente cultural permanente que envolva, SEM DISTINÇÕES, TODOS OS HOMENS EM TODOS OS LUGARES".

Lógico é que a criação da entidade teve por escopo atender à exigência constitucional quanto ao amparo à cultura, no entanto, a filosofia administrativa nela empregada é frontalmente conflitante com a realidade econômica brasileira, em flagrante atentado ao acesso à cultura como é ordenado pela Constituição Federal.

O estudante, o bancário, o balconista, a telefonista, a dona de casa, o povo em geral e, o próprio pedreiro que trabalhou nas obras de edificação do suntuoso Teatro Guaíra está proibido de nele adentrar.

O Guaíra é a maior casa teatral da América do Sul e está sediada em Curitiba - Capital Universitária - e, por ironia, os universitários, responsáveis pela conquista dessa honrosa denominação, não podem frequentar seu Teatro que é foco de irradiação de cultura, é fonte de conhecimentos, oferece prismas de concepção do mundo, local também de exteriorização de opiniões políticas, sociais e religiosas, é enfim, palco também de informes sobre trabalhos científicos.

Já dissemos que o direito à cultura é básico num regime democrático. A própria prática tem demonstrado que onde apenas as elites ou os subservientes dela se servem, pode existir tudo, menos uma sociedade pluralista.

Com isto não queremos insinuar que o espetáculo do Roberto Carlos enquadre-se dentro de um padrão cultural.

Se a esta programação nos referimos, é para dar-mos a conhecer e manifestar nosso posicionamento contrário, não somente aos preços estipulados, assim como também repudiar a atitude da administração do Guaíra em impedir o acesso da imprensa a contratos celebrados entre a Fundação e empresários.

SE ALGUMA COISA SE ESCONDE, LÍCITA NÃO É!

Finalizando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, há de se salientar e condenar a absurda, a ridícula, a estranha e paradoxal atitude da Fundação Teatro Guaíra em se proibir o espetáculo do cantor Roberto Carlos para menores de 14 anos.

Ele, que no final do ano, através da Rede Globo de Televisão, transformou-se em divulgador nacional do Ano Internacional da Criança - do ANO DA CRIANÇA BRASILEIRA -, vem a Curitiba inexplicavelmente vetado para as crianças curitubanas.

Resumindo: o consagrado cantor popular, cujo repertório destina-se a todas as idades, não pode ser visto pela massa trabalhadora por causa do custo elevadíssimo dos ingressos e não pode ser visto pelas crianças paranaenses por causa de inexplicável imposição da Fundação Teatro Guaíra.

AH! Estanislau Ponte Preta foi realmente criador de uma instituição imortal: o FEBEABÁ - Festival de Besteiras que Assola o País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, Líder do MDB, no uso de suas atribuições regimentais, com a inclusa documentação, requer de Vossa Excelência, nos estritos termos do art. 130 do RI e pela presente INDICAÇÃO, a manifestação da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre o seguinte assunto:

- 1) Pode um requerimento, dos disciplinados pelo § 3.º do artigo 134 do RI, ser votado, sem que antes seja anunciado na hora do expediente?
- 2) Em caso negativo, qual será o prazo hábil e quando se encerra o prazo para apresentação de tais requerimentos, a fim de que possam, na mesma sessão, serem votados?

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A Resolução 9/67, esclarece que a matéria não lida será despachada pelo 1.º Secretário para publicação.

Muito embora as publicações não tenham sido efetuadas, respeita-se na Casa o prazo de apresentação dos requerimentos, até a hora da leitura.

Apresentados depois deste prazo, não podem os mesmos serem votados.

Recentemente ainda, num requerimento de autoria dos Deputados Airton Cordeiro e Augusto Carneiro que davam voto de solidariedade aos metalúrgicos e que deu entrada depois da leitura do expediente não foi recebido pela Mesa para ser votado.

Traçou-se assim a norma, ou melhor, consagrou-se a norma da Casa, de que todo o requerimento não apresentado a tempo de ser lido pelo Sr. 1.º Secretário, não pode ser objeto de votação.

Todavia, em data de -3 de maio último, conforme comprova a inclusa documentação e fita magnética de gravação daquela sessão, a Mesa, mesmo sob protesto do peticionário, recebeu requerimento do Deputado Gilberto Carvalho que requeria urgência para a Mensagem Governamental n.º 50/79, transformada em Projeto de Lei n.º 45/79, depois da leitura do expediente pelo Sr. Secretário e levou-o a discussão e votação.

Evidente que tal procedimento contraria o Regimento Interno e cria um perigoso casuísmo. Note-se que a decisão da Mesa não se estribou na praxe dos parlamentos - mas, exclusivamente, na vontade da maioria e com isso fez-se letra morta uma disposição orgânica do Poder que obriga a toda a matéria ser LIDA NA HORA DO EXPEDIENTE, para poder ser submetida a discussão e votação.

As notas taquigráficas da sessão do dia 28 de abril, data em que a Mesa agiu de maneira diversa e corretamente ao não submeter a votação o requerimento (solidariedade e rezojo ao retorno dos metalúrgicos ao trabalho) não puderam ser apensadas, porque o Diário da Assembléia ainda não foi impresso (pela extensão daquela sessão). Todavia é caso recente e, todos estão perfeitamente lembrados, de que uma das causas que impediram a fusão dos requerimentos, foi exatamente aquela de que a matéria não poderia ser votada naquela sessão porque dera entrada depois da LEITURA DO EXPEDIENTE.

No caso da urgência ao pedido de empréstimo ao exterior pelo Governo, também não foi lido na LEITURA DO EXPEDIENTE, nem apresentado da tribuna, todavia foi levado a discussão e votação.

Temos pois duas situações iguais, porém com soluções diametralmente opostas. Lá respeitou-se o RI, aqui desrespeitou-se e ainda por cima a requerimento do ilustre Líder da ARENA, pediu-se que o "casuísmo" fosse incorporado ao RI e dele ficasse constando como "norma".

Tem pois o presente, o objetivo de traçar-se uma interpretação única, sobre as normas regimentais do recebimento de requerimentos, prazos e situações em que podem ser discutidos e votados.

Fica, administrativamente consignado o protesto da minoria, altamente prejudicada e impossibilitada de estudar detidamente uma matéria tão importante como o empréstimo de milhões de dólares, numa situação em que a maioria foi mais realista que o Rei, pois o próprio governo não pediu urgência.

PROJETOS DE LEI:
PROJETO DE LEI N.º 49/79
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado o Município de São Jorge, com os limites e confrontações do atual Distrito Administrativo de São Jorge, Município de Altônia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O atual Distrito de São Jorge, Município de Altônia se notabiliza pela pujança, especialmente no setor primário de produção.

Na sede da localidade, se encontram mais de setecentos edifícios, dentre os quais, um banco, cento e dezesseis casas comerciais, quatro serrarias, máquinas de café, de arroz, hospital, escola etc.

Outrossim, na área de 12.000 alqueires paulistas vivem aproximadamente 25.000 habitantes, sendo mais de 5.000 os eleitores.

Por outro lado, a arrecadação é expressiva tendo excelente perspectiva de progresso com a criação do município.

Assim, propomos o presente plano de lei, na certeza de contarmos com o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N.º 50/79
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE JACAREZINHO, com sede e foro na cidade de Jacarezinho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, visa representar seus associados com objetivos culturais, esportivos, sociais e de classe.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação em vigor no Estado.

Com isso, esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa comunica aos Srs. Deputados, que se encontram no Salão Nobre desta Casa, Srs. Deputados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Para introduzirem os Srs. Deputados no Plenário, solicito uma Comissão composta dos Srs. Deputados João Mansur, Tércio Albuquerque, Nelton Friedrich e Trajano Bastos.

(Os Srs. Deputados que visitam o Paraná, são introduzidos no Plenário).

A Assembléia Legislativa do Paraná, com muita honra, orgulho e satisfação, recebe, hoje, a visita dos Srs. Deputados

dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que vêm a esta Assembléia tratar de assunto de interesse dos três Estados.

Com muita satisfação é que recebemos a visita de tão ilustres Pares, dos queridos Estados irmãos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Aceitem, pois, os Srs. Deputados, a saudação da Assembléia Legislativa do nosso Estado.

Encontra-se presente, nesta Casa, o Sr. Tulio Zanchet, suplente convocado para preencher a vaga existente na Bancada Aliança Renovadora Nacional. Para ir ao encontro do mesmo e acompanhar Sua Excelência até a Mesa onde prestará compromisso, designo uma comissão integrada pelos Srs. Deputados David Cheriegate e Deni Schwartz.
(O SR. TULIO ZANCHET é introduzido no Plenário).

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Convido o Sr. Tulio Zanchet a proferir o compromisso de posse.

(O SR. TULIO ZANCHET profere o compromisso de posse).
(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Declaro empossado o Sr. Tulio Zanchet e convido Sua Excelência a ocupar lugar, no Plenário, entre seus Pares.

A Mesa suspende a sessão por alguns minutos, a fim de que os Srs. Deputados tenham oportunidade de cumprimentar o Sr. Deputado Tulio Zanchet, bem como, nossos colegas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que se encontram no nosso Plenário.

Suspendo a sessão por alguns minutos.

(É suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está reaberta a presente sessão e concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, que usará da palavra em nome do Movimento Democrático Brasileiro, a fim de saudar Sua Excelência o Sr. Tulio Zanchet.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para mim, nesta data, é bastante significativo o encontro de ilustres lideranças da minha região e particularmente da cidade de Francisco Beltrão, já que hoje um velho adversário político, mas amigo pessoal toma assento nesta Casa. E é um dia em que revemos velhos amigos da nossa terra. Dr. Tulio Zanchet, que hoje assume de direito e de fato a sua cadeira neste Legislativo, nós temos a certeza abrilhantar com a sua inteligência, abrilhantar com o seu entusiasmo e com a sua luta pelo bem comum todo o legislativo paranaense. Revemos aqui o ex-Deputado Arizone Araújo, Sr. Prefeito Municipal, Sr. João Arruda, presentes o grande amigo de todo o beltrão-nense e de todo sudoestino Sr. Romano Zanchet progenitor do novo Deputado. Revemos aqui lideranças de diversos municípios da nossa região.

Tendo durante diversos anos o Sr. Tulio Zanchet como nosso adversário politicamente falando, aprendemos a respeitá-lo e por isso mesmo hoje, em nome do meu Partido, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, desejamo-lhes as boas vindas, esperando que nesta Casa ele possa, como tem feito na nossa região, ajudar o nosso Estado, ajudar todo o nosso País.

Seja benvindo, meu ilustre adversário e caro amigo Tulio Zanchet. E hoje para nós, de Francisco Beltrão, é também um dia de festa já que pela vez primeira podemos contar com dois Deputados Estaduais. Vezes anteriores, sempre tivemos Deputados da nossa terra, mas um apenas. Estamos em dois e esperamos, e prometemos aos amigos que aqui estão presentes lutarmos não só pela nossa terra, mas também por toda a região do Sudoeste paranaense.

Seja benvindo.

(PALMAS)

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em nome da Aliança Renovadora Nacional, para saudar Sua Excelência o Senhor Deputado Tulio Zanchet, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última 5.^a feira, esta Casa ouviu a despedida do Deputado Ivo Thomazoni e hoje tem a satisfação de receber, no seu meio, um novo Deputado que vem, estou certo, inspirado pelos mesmos propósitos que marcaram a atuação de Ivo Thomazoni na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A vivência política do Deputado que hoje toma assento neste Plenário, no exercício do mandato que lhe foi conferido por mais de quinze mil paranaenses, está fundamentada na base mais importante do sistema representativo do nosso País. Vereador e Prefeito, Tulio Zanchet pode capitalizar toda uma grande experiência, sentindo realmente as aspirações de nossa comunidade.

E hoje, Deputado Túlio Zanchet, quando Vossa Excelência passa a integrar o corpo de parlamentares desta Assembléia, quero, em nome da bancada da ARENA, que é a bancada de Vossa Excelência, trazer o nosso abraço sincero e fraterno, e quero estimar, tenha Vossa Excelência a ventura de viver dias de extraordinária felicidade política e pessoal. Felicidade política que certamente será toda ela personificada pelo momento atual da vida brasileira. Uma hora em que nós estamos a respirar, em que nós estamos a viver, uma atmosfera de franquias democráticas.

Feliz é Vossa Excelência que se integra nesta Casa agora. Essa felicidade pessoal que desejamos a Vossa Excelência em nome dos seus companheiros de bancada, é no sentido de que o exercício do seu mandato, seja produto daquela mesma vivência que Vossa Excelência já armazenou, como Vereador e como Prefeito, voltando toda a sua atuação para o bem superior da coletividade.

Meus parabéns a Vossa Excelência, seja bem vindo, e conte com os seus companheiros, para o exercício, o melhor possível do mandato que o povo entregou a Vossa Excelência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com muita emoção que me manifesto neste momento, inicialmente, para agradecer a todos aqueles, que de uma maneira ou de outra, confiaram em nossa pessoa, para que pudéssemos aqui também representar nesta Casa de Leis, uma parcela do nosso povo paranaense.

Ao fazer esta primeira e breve manifestação, quero agradecer do fundo do coração, as palavras bondosas da bancada da Oposição, através do meu particular amigo, Deputado Dr. Deni Schwartz. Ouvi atentamente o seu pronunciamento e posso dizer, Sr. Deni, que as palavras brotaram com espontaneidade e creio que são sinceras de sua parte, como pode crer também, sinceras são de nossa parte, no sentido de junto, somarmos para melhores dias, para a nossa região, que é o Sudoeste do Paraná, mas somarmos também para que o nosso Estado tenha melhores dias, e consiga se destacar sempre no conceito dos demais Estados brasileiros.

Juntos, haveremos de lutar nesta Casa, para a solução dos inúmeros problemas que se fazem sentir. Agradeço a bancada da Oposição. Sou particular amigo também do seu Líder, o Sr. Nilso Sguarezi. Recebi há pouco os cumprimentos pessoais. Assim como ele, de todos os demais.

Ao fazer este agradecimento, coloco-me à inteira disposição e lhes digo mais uma vez, do meu firme propósito de juntos, independentemente das cores políticas-partidárias, em tudo aquilo que disser respeito à solução do nosso povo e da nossa gente, nós estaremos aqui, lutando ao lado de um ao

lado dos outros, para vermos então realizados os nossos anseios e os anseios da nossa gente.

Agradeço também as palavras do Vice-Líder da minha bancada, o Deputado Airtton Cordeiro. Vi a sua intenção, e maneira como me recebe a Casa, assim como ele, o Presidente, os demais membros, os funcionários, e conto aqui também com a presença, para mim por demais enriquecedora, de meu ilustre pai, a presença de meus amigos de Francisco Beltrão; e contamos também, isto eu creio que foi até da providência divina, contamos com a presença de homens, de Deputados do Rio Grande do Sul. Estado onde iniciei a minha carreira política, onde fui Vereador, onde fui Prefeito Municipal, onde fui emancipacionista de diversos municípios e aonde também pensava ter encerrado a minha carreira política, porque vim para o Estado do Paraná para recolher-me, achar e encontrar uma maneira de fugir um pouco da política e me dedicar às minhas coisas particulares.

Encontro aqui também, Deputados de Santa Catarina, meus conhecidos com os quais tive convívio, como é o caso do Dr. Cilião de Araújo e o caso daqueles outros que aqui se encontram presentes. A todos eles quero externar aqui os meus propósitos firmes, já que a nossa região, o Sudoeste do nosso Estado, nós vamos lutar especificamente por aquela região, mas estaremos lutando por todas as demais regiões de nosso Estado e junto com o nosso Governo Estadual e Federal. Quero dizer àqueles Pares das Casas Legislativas de Santa Catarina e do Paraná, nós que estamos no Sudoeste, cuja população é noventa e tantos por cento de gaúchos e catarinenses, nós estaremos lá dando cobertura aos nossos conterrâneos e, se possível for, somarmos juntos para que o Oeste de Santa Catarina, o Noroeste do Rio Grande do Sul e o Sudoeste de nosso Estado, se integrem cada vez mais, para tornarmos o Paraná em uma Pátria cada vez mais liberta, cada vez mais alvissareira, para no amanhã, nós entregarmos aos nossos filhos um Brasil cada vez mais agigantado.

Meu muito obrigado. (Aplausos).— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lembra aos Srs. Deputados, que no auditório está reunida a Comissão de Agricultura desta Casa, juntamente com os Srs. Deputados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, motivo que após o término da sessão, solicitamos o comparecimento naquele auditório dos demais Srs. Deputados. Bem como para um jantar que hoje a Assembléia Legislativa do Estado oferece as Suas Excelências que nos visitam, a fim de tratar de assuntos de interesse dos três Estados.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente. Dentro do horário reservado à Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Aguarézi, Líder do MDB nesta Casa.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, declino, porquanto a matéria que nós submeteríamos à apreciação da Casa, já foi lida durante o Expediente; trata-se de um requerimento pedindo informações ao Teatro Guaíra, sobre a apresentação do cantor Roberto Carlos.

Portanto, declino, para acelerar os trabalhos, em vista da Comissão da Agricultura demandar a presença dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Consulto à Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se deseja ocupar o horário que lhe é reservado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Está encerrado o prazo para apresentação de Emendas

à Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, com apoioamento regimental.— Irá à **Comissão Especial de Reforma à Constituição**.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— **Apoiado**.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— **Apoiado**. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 51/79, que dá nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 6628, de 17/10/74.— **Aprovado**.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 51/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 1.º, da Lei n.º 6.628, de 17 de outubro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL ALCÍNDIO FANAYA JÚNIOR**, com sede e foro nesta Capital”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1978

(aa) PAULO CAMARGO, Presidente;

DÁCIO LEONEL, Relator

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79/78, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que cria no Município de Santa Helena, o Distrito Administrativo de São José com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. **COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.** Pareceres **FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.F., na forma do Substitutivo Geral, por unanimidade.— **Aprovado**.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. LÍBERO MASSARI. Parecer **FAVORÁVEL** da C.C.J., na forma do Substitutivo Geral, por unanimidade.— **Aprovado**.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/79, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que acresce inciso que especifica ao artigo 39 do Regimento Interno alterado pela Resolução n.º 49/76, de 18/06/76. Parecer **FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 22/79, que aprova os Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de ARARUNA, JARDIM OLINDA, LOBATO e LUPIONÓPOLIS, datados de 15/02/79. Parecer **FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 27/79, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com intervenção de Órgãos e objetivos que especifica. Parecer **FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21/79, de

autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 28/79, que aprova convênios de Auxílio e Cooperação celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses nominados, objetivando execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer **FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64/78, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que cria no Município de Maria Helena, o Distrito Administrativo de Carbonera, cuja sede e divisas que especifica. Pareceres **FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado**.

PROJETO DE LEI N.º 64/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Maria Helena, o Distrito Administrativo de Carbonera, com as seguintes divisas: “começa na Rodovia divisória dos Municípios de Maria Helena e Umuarama, no ponto de início do perímetro divisor dos terrenos do núcleo Serra dos Dourados com os terrenos do imóvel Ivaí; seguindo por este perímetro em linha reta, até encontrar a rodovia que interliga a sede do Município de Maria Helena à sede do Distrito de Douradina, no mesmo município; daí, seguindo por esta rodovia, até encontrar o ponto de início do perímetro Fazenda Alvorada; seguindo por este perímetro (cruzando com a rodovia municipal que interliga a sede do Distrito de Carbonera ao Patrimônio Vila Formosa) até o Patrimônio São João da Boa Vista, no ponto em que o mesmo perímetro encontra a rodovia divisória dos Municípios de Maria Helena e Umuarama; seguindo por esta rodovia, passando pelo Patrimônio Alto Alegre até o Patrimônio Três Piacas, no ponto em que a mesma rodovia encontra a rodovia divisória dos Municípios de Maria Helena e Umuarama; daí, seguindo por esta até o ponto de partida.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1979.

(a) WILSON FORTES.

JUSTIFICATIVA:

Carbonera, em face de seu progresso e desenvolvimento, está a exigir sua elevação à categoria de Distrito Administrativo.

Conta hoje, com uma população de mais de sete mil e quinhentos (7.500) habitantes, dentro de sua delimitação territorial e com mais de mil e quatrocentas (1.400) casas, das quais, aproximadamente, cem (100) estão localizadas na sede do distrito que ora se propõe criar.

Nestas condições, e tendo em vista o que estabelece a Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1.973 (Lei Orgânica dos Municípios), apresentamos a presente iniciativa à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoioamento e final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 64/78

PARECER

De autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, o presente Projeto de Lei n.º 64/78, tem por finalidade criar, no Município de Maria Helena, o Distrito Administrativo de Carbonera, com divisas que especifica.

Da análise do processo, temos que se encontra inserido ao mesmo, a seguinte documentação:

I — Original da Representação formulada pelo Chefe do Executivo Municipal de Maria Helena, devidamente apro-

vada pela Câmara Municipal;

II — Memorial descritivo com a delimitação da área do Distrito que se pretende criar;

III — Certidão do IBGE, atestando número de prédios e população do Distrito que se pretende criar, e

IV — Mapa descritivo do futuro Distrito de Carbonera.

Diante da documentação apresentada, temos que os requisitos essenciais previstas pela Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 - Lei Orgânica dos Municípios do Estado, se encontram preenchidos, e de acordo com parecer normativo n.º 10, de 15/10/75, da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, o Projeto se encontra em condições de ser aprovado por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1979.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 64/78

PARECER

De autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, o presente Projeto de Lei n.º 64/78, tem objetivo a criação no Município de Maria Helena, o Distrito Administrativo de Carbonera, com divisas que especifica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto legal e constitucional da matéria, opinou pela sua aprovação.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que nada há que possa impedir a tramitação normal da matéria e sua conseqüente aprovação.

Nestas condições nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1979.

(aa) Aguinaldo Pereira Lima, Presidente; Gabriel Manoel, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/78, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial Martin Luther - ASSE-MAL, com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 153/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL MARTIN LUTHER - ASSEMAL, com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(a) WERNER WANDERER

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 153/78

PARECER

1. Subscrito pelo ilustre Deputado Werner Wanderer, visa o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Associação Educacional Martin Luther - ASSEMAL, com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon.

2. Referida entidade preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou seja:

a) — que está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade;

b) — que está devidamente registrada no Catório das Pessoas Jurídicas; e,

c) — que os membros de sua diretoria não são remunerados a qualquer título.

3. Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/78, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - S.O.S., com sede e foro na cidade de Palotina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 168/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — SOS, com sede e foro na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1978.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Obras Sociais - S.O.S., de Palotina, foi declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 604, de 29 de maio de 1978. É uma entidade de caráter benéfico que trabalha em favor da população palotinese menos favorecida. Não possui fins lucrativos, mantendo-se com seus próprios recursos e de subvenções de órgãos públicos.

Dado o exposto, conclamamos os Senhores Deputados para o integral apoio a esta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 168/78

PARECER

1. Subscrito pelo nobre Deputado Werner Wanderer, visa o presente Projeto de Lei n.º 168/78, declarar de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - S.O.S., com sede e foro na cidade de Palotina.

2. Referida entidade preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou seja:

a) - que está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade;

b) - que está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas; e,

c) - que os membros de sua diretoria não são remunerados a qualquer título.

3. Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Waldyr Pugliesi, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, fazendo indicação à CCJ, de interpretação duvidosa do Regimento Interno. — À Comissão de Constituição e Justiça.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, Líder da ARENA, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Renato Bueno para complementar, na qualidade de membro efetivo, as Comissões de Saúde Pública e de Turismo, e na qualidade de suplente as Comissões de Obras, Transportes e Comunicações e de Recursos Humanos, tendo em vista a renúncia

cia do Sr. Deputado Tuguio Setogutte. - Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando regime de urgência aos Projetos de Lei n.ºs 31/79 e 44/79. - Em votação.
O SR. NILSO SGUAREZI - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Pela ordem, tem a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Eu solicitaria à Mesa, que lesse a súmula dos projetos, porquanto só ouvi o número e nós ficamos sem poder avaliar.

(É procedida a leitura das súmulas dos projetos).

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Em votação.
Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Falat, ocorrido no Município de Araucária. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações, com referência ao programa levado ao ar por uma rede estadual de televisão, no dia 05 do corrente, onde o Chefe do Poder Executivo respondeu diversas perguntas formuladas pelo povo. - Em discussão.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Professor José Wanderley Dias, do jornal "A Gazeta do Povo", e "Rádio Colombo", por ter o mesmo completado a crônica número 6.000. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a agilização das obras da ligação Contorno da BR-116, com o Município de Campina Grande do Sul. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que seja incluído entre as prioridades no plano rodoviário do Governo Federal, a BR-153 - Transbrasiliana. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do Banco do Brasil S/A no Paraná, no sentido de agilizar a aprovação e criação da Agência do Banco na cidade de Corbélia. - Em discussão.

O SR. LINEU TURRA - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes a diversas autoridades, contendo reivindicações, no sentido de que seja criada e instalada uma Sub-agência do Banco do Brasil na cidade de Ribeirão Claro. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário de Cultura e Esportes e Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, encarecendo intervenção no caso da Gruta que está sendo ameaçada de destruição no Município de Aimoré. - Em discussão.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, enfatizando a necessidade da criação e instalação do complexo educacional de ensino de 1.º Grau, no Distrito de Santa Margarida, no Município de Bela Vista do Paraíso. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Cultura e Esportes, encarecendo cópia do contrato firmado entre o empresário Marcos Lázaro e a Fundação Teatro Guaíra para a apresentação do cantor Roberto Carlos. - Em discussão.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, em forma de pedido de informações a respeito das atividades da SANEPAR. - **Aprovado.**

O SR. AIRTON CORDEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Deferido.

(É procedida a verificação de votação)

9 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 64, 153 e 69/78.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 04 e 08/79, e 111/78 e de Resolução n.º 24/79.

Levanta-se a Sessão.

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 334/79

designar PARREIRAS RODRIGUES, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). (Protoc. n.º 4422).

PORTARIA N.º 335/79

autorizar LÍDIA MUCHINSKI, matrícula n.º 487, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da Liderança do MDB, a partir de 1.º de abril de 1979. (Protoc. n.º 3923).

PORTARIA N.º 336/79

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 307/79, ao funcionário LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR, matrícula n.º 102, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. n.º 4086).

PORTARIA N.º 337/79

autorizar MANOEL LEITE, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Edilson Alencar, a partir de 20 de abril de 1979. (Protoc. 4289).

PORTARIA N.º 338/79

conceder ao funcionário HUGO MARTINS KOSOP, matrícula n.º 068, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1978, a partir de 02 de maio de 1979. (Protoc. n.º 4185).

PORTARIA N.º 339/79

autorizar GABRIEL QUESADA FILHO, matrícula n.º 067, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete do Deputado David Federmann, a partir de 1.º de abril de 1979. (Protoc. n.º 4214).

PORTARIA N.º 340/79

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

AMADO ZONATTO — Mat. 348

CSVALDO FARIA — Mat. 345

CLEMETILDE DELFINA BORTOLON — Mat. 387

(Protoc. n.º 4301).

PORTARIA N.º 341/79

conceder à funcionária JACYRA MACHADO BINI, matrícula n.º 208, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1978, a partir de 02 de maio de 1979. (Protoc. n.º 4291).

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de maio de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 367/79

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de NILTON BUSATO, matrícula n.º 317, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do

Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da citada Lei n.º 6174, a partir de 1.º de abril de 1979, data que, em razão das férias dos anos de 1975, 1977 e 1978 (supra), contadas em dobro, completou quinze (15) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, e que já vem percebendo a mesmo título dez por cento (10%), perfazendo um total de quinze por cento (15%).

(Proc. 3719).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 368/79

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RITA SOARES BERTOLI, matrícula n.º 052, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

(Proc. 3085).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 369/79

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de MARINA CUNHA MARTINS, matrícula n.º 597, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o segundo quinquênio, compreendido entre 1.º de agosto de 1972 e 1.º de fevereiro de 1977, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 12 de setembro de 1978, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

(Proc. 2547).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 370/79

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, matrícula n.º 386, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de julho de 1971 e 07 de maio de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias relativas aos anos de 1971, 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 30 de janeiro de 1979, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Proc. 2832).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 371/79

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ, matrícula n.º 211, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mesma Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de julho de 1972 e 07 de novembro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1975, contadas em dobro. (Proc. 1960).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 372/79

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ZILDETE TEIXEIRA, matrícula n.º 331, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977 e 1978, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da mesma Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 29 de janeiro de 1973 e 29 de novembro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias de 1974, contadas em dobro. (Proc. 1957).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 373/79

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de OSVALDO MARQUES, matrícula n.º 380, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977 e 1978, que deixou de gozar. (Proc. 3269).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 374/79

I — re e ratificar, ex-officio, o Decreto Legislativo n.º 251/79, de 22 de março de 1979, que concedeu benefícios à funcionária LENY SABÓIA, matrícula n.º 127, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para que dele passe a constar que o tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, junto ao extinto Serviço de Assistência ao Servidor Público, hoje Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (I.P.E.) nos períodos compreendidos entre 1.º de dezembro de 1955 e 16 de fevereiro de 1956 e 27 de abril de 1956 e 07 de agosto de 1958, é de dois (02) anos, cinco (05) meses e vinte e cinco (25) dias, e não como naquela Ato está consignado;

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos ter-

mos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 07 de agosto de 1968 e 12 de agosto de 1974, antecipado em razão da contagem de tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, supra, da incorporação referente ao primeiro decênio e das férias de 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro;

IV — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos da mesma fundamentação acima, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 12 de agosto de 1974 e 12 de fevereiro de 1978, antecipado em razão da incorporação supra referente ao segundo decênio e das férias de 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro; e,

V — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da citada Lei n.º 6174, a partir de 12 de fevereiro de 1978, data que, em razão da retificação (item 1.º) e da incorporação referente ao seu primeiro decênio, completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, abstraidas deste cálculo as férias de 1977 e 1978, contadas em dobro e a incorporação referente ao seu quinto quinquênio e que já vem percebendo a mesmo título, vinte por cento (20%) perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%). (Proc. 2336).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 375/79

designar EUMÊNIA DE OLIVEIRA, matrícula n.º 469, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para secretariar a Comissão de Tomada de Contas, percebendo as vantagens inerentes ao cargo. (Proc. 3117).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 376/79

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público, de MARIA DO RÓCIO MEDEIROS WITOLAWSKI, matrícula n.º 425, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 02 de junho de 1974 e 02 de abril de 1978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1974, 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro. (Proc. 1956).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 377/79

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula n.º 557, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro

de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio compreendido entre 07 de outubro de 1971 e 07 de janeiro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1975 e 1967 (15) dias), contadas em dobro.

(Proc. 1319).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 378/79

atribuir a JUAREZ TIBILETTI, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 1.ª Vice-Presidência, no período compreendido entre 04 a 30 de abril de 1979.

(Proc. 3369).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 379/79

atribuir ao funcionário FRANCISCO TABORDA RIBEIRO, matrícula n.º 375, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da Liderança do Governo.

(Proc. 3022).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 380/79

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o

Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IBANEZA SANTOS SALLES, matrícula n.º 122, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

(Proc. 2915).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 381/79

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ZENO PACIORNIK, matrícula n.º 441, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei n.º 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 29 de agosto de 1972 e 29 de fevereiro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas aos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

(Proc. 2593).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07 de maio de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário